CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM

CNPJ 01.576.817/0001-75

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012 (Reapresentado)
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição (nota 4)	**8.557**	45.881
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição (nota 4)	**11.993**	33.627
Aplicações financeiras - sem restrição (nota 4)	**49.739**	21.770
Aplicações financeiras - com restrição (nota 4)	**25.127**	-
Convênios/projetos e subvenções a receber (nota 5)	**85.059**	17.926
Contas a receber	**181**	36
Estoques	**667**	399
Impostos a recuperar	**17**	16
Outros ativos	**945**	2.349
Total do ativo circulante	**182.285**	122.004
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Depósitos judiciais (nota 8)	**6.420**	1.163
Imobilizado		
Sem restrição (nota 6)	**136.096**	122.233
Com restrição (nota 6)	**31.723**	12.420
Intangível		
Sem restrição (nota 6)	**1.043**	723
Com restrição (nota 6)	**306**	570
	175.588	137.109
Total do ativo	**357.873**	**259.113**

	2013	2012 (Reapresentado)
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	**1.296**	641
Salários, férias e encargos a pagar	**5.822**	6.684
Recursos de convênios/projetos e subvenções (nota 7)	**137.131**	81.278
Outras obrigações	**3.660**	2.149
	147.909	90.752
Não circulante		
Adiantamento de clientes	**327**	327
Provisão para contingências (nota 8)	**5.547**	5.547
Recursos de convênios/projetos e subvenções (nota 7)	**23.493**	-
	29.367	5.874
Patrimônio social	**180.597**	**162.487**
Total do passivo e do patrimônio social	**357.873**	**259.113**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	126.295	8.249	134.544
Aumento do patrimônio social	8.249	(8.249)	-
Doações patrimoniais	5.468	-	5.468
Superávit do exercício	22.475	-	22.475
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	162.487	-	162.487
Superávit do exercício	**18.110**	-	**18.110**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**180.597**	-	**180.597**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**18.110**	22.475
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Rendimento sobre debêntures	**(2.836)**	(2.097)
Variações monetárias, líquidas	-	214
Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	**257**	146
Depreciações e amortizações	**10.969**	10.879
	26.500	31.617
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aplicações financeiras	**(50.260)**	8.713
Convênios/projetos e subvenções a receber	**(67.133)**	2.074
Contas a receber	**(145)**	161
Estoques	**(268)**	48
Impostos a recuperar	**(1)**	13
Outros ativos	**1.404**	(1.023)
Depósitos judiciais	**(5.257)**	(433)
Imobilizados e intangíveis recebidos de convênios/ projetos e subvenções	**(24.174)**	(5.468)
Fornecedores	**655**	58
Salários, férias e encargos a pagar	**(862)**	2.328
Recursos de convênios/projetos e subvenções	**80.027**	(3.600)
Outras obrigações	**1.511**	632
	(64.503)	3.503
Caixa e equivalentes de caixa líquidos, (aplicados nas) gerados pelas atividades operacionais:	**(37.323)**	40.588
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	**(20.995)**	(32.226)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos, (aplicados nas) gerados pelas atividades de investimentos:	**(20.995)**	(32.226)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(58.958)**	2.894
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	**79.508**	76.614
No fim do exercício	**20.551**	79.508
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(58.958)**	2.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012 (Reapresentado)
Receitas operacionais com desenvolvimento tecnológico		
Com restrição		
Reconhecimento subvenções federais - Projeto CTBE	**15.747**	29.499
Reconhecimento subvenções federais - Projeto Sirius	**15.808**	8.509
	31.555	38.008
Sem restrição		
Subvenções federais	**87.304**	66.587
Serviços prestados	**1.065**	376
Atividades administrativas	**991**	150
Rendimentos financeiros	**4.277**	3.955
	93.637	71.068
Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico		
Salários, encargos e despesas relacionadas	**(48.351)**	(43.232)
Depreciação e amortização	**(9.602)**	(9.820)
Realização de receita diferida ativos de doados	**681**	-
Serviços de terceiros	**(9.008)**	(7.697)
Material de consumo e outros	**(15.185)**	(6.313)
	(81.465)	(67.062)
Superávit bruto	**43.727**	42.014
Despesas operacionais		
Administrativas		
Salários, encargos e despesas relacionadas	**(11.610)**	(12.065)
Depreciação e amortização	**(2.048)**	(950)
Serviços de terceiros	**(9.241)**	(5.241)
Material de consumo	**(1.028)**	(1.214)
Viagens	**(705)**	(166)
Despesas financeiras e tributárias		
Impostos e taxas	**(866)**	(1.373)
Resultado de variação cambial, líquida	**(407)**	1.453
Outras receitas operacionais, líquidas	**288**	17
	(25.617)	(19.539)
Superávit do exercício	**18.110**	22.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do superávit abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	**18.110**	22.475
Superávit abrangente do exercício	**18.110**	22.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM ("CNPEM", "Instituição" ou "Instituto") – é uma Organização Social. A denominação passou a ser utilizada em 2012, em substituição à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ("ABTLus"), pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 e tem por missão, promover e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de seus Laboratórios Nacionais, que articulará, provendo-os das condições necessárias para a consecução de suas respectivas missões e o alcance de seus objetivos estratégicos, afins com os da Instituição. O CNPEM atua em cumprimento a Contrato de Gestão estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ("MCTI"), visando o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação em quatro Laboratórios Nacionais, a saber: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron ("LNLS"); o Laboratório Nacional de Biociências ("LNBIO"); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol ("CTBE") e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia ("LNNano"). O mencionado Contrato de Gestão MCTI/CNPEM suporta o custeio das atividades desenvolvidas nos quatro Laboratórios Nacionais. Os resultados esperados constituem metas pactuadas anualmente, denominados Indicadores de Desempenho Técnico, aplicáveis a cada um dos citados Laboratórios Nacionais. A cada semestre, uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, integrada por representantes de Ministérios, avalia o desempenho do CNPEM, por meio de inspeção local e análise de documentação apresentada. Cabe registrar que o CNPEM é presentemente responsável por um novo projeto de engenharia científica, a cargo da equipe técnico-científica do LNLS: a construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron, de terceira geração, para o qual o MCTI tem aportado recursos financeiros específicos. Em setembro 2010, o Contrato de Gestão foi renovado contemplando o período de 2010 a 2016 e pactuado um orçamento total para sua vigência no montante de aproximadamente R$478.446 com desembolsos financeiros anuais. Durante o exercício de 2013, foram firmados o 7º, 8º e 9º termos aditivos, pactuando R$80.560, R$96.547 e R$9.800 respectivamente. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n° 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 10.19) – "Entidades sem Finalidade de Lucro". A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.4. **Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012** - Para se adequar a ITG 2002 e uma melhor apresentação e comparação das demonstrações financeiras de 2013, a Administração do Instituto efetuou algumas reclassificações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, como segue:

	2012 (originalmente apresentado)	Reclassificação	2012 (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	79.508	(79.508)	-
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	-	45.881	45.881
Caixa e equivalentes de Caixa - com restrição	-	33.627	33.627
Aplicação financeira	21.770	(21.770)	-
Aplicação financeira - sem restrição	-	21.770	21.770
Imobilizado	134.653	(134.653)	-
Imobilizado - sem restrição	-	122.233	122.233
Imobilizado - com restrição	-	12.420	12.420
Intangível	1.293	(1.293)	-
Intangível - sem restrição	-	723	723
Intangível - com restrição	-	570	570
Recursos de convênios e projetos	11.831	(11.831)	-
Saldos dos recursos destinados à implantação do CTBE	15.747	(15.747)	-
Saldos dos recursos destinados ao projeto Sirius	38.774	(38.774)	-
Saldos de subvenções	14.926	(14.926)	-

Continua...

...Continuação

	2012 (originalmente apresentado)	Reclassificação	2012 (Reapresentado)
Recursos de convênios/projetos e subvenções	-	81.278	81.278
Patrimônio social	134.544	27.943	162.487
Doações patrimoniais	5.468	(5.468)	-
Superávits acumulados	22.475	(22.475)	-
Demonstração do superávit			
Serviços prestados	375	1	376
Serviços de administração	-	150	150
Rendimentos financeiros	-	3.955	3.955
Receitas operacionais - sem restrição	375	4.106	4.481
Custo das atividades de pesquisa e dos serviços prestados	(67.062)	-	(67.062)
Superávit bruto	37.908	4.106	42.014
Despesas gerais e administrativas	(19.635)	19.635	-
Pessoal	-	(12.065)	(12.065)
Depreciação	-	(950)	(950)
Serviços de terceiros	-	(5.241)	(5.241)
Material de consumo	-	(1.214)	(1.214)
Viagens	-	(166)	(166)
Impostos e taxas	(1.179)	(194)	(1.373)
Resultado financeiro	5.213	(5.213)	-
Variação cambial, líquida	-	1.453	1.453
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	168	(151)	17
Superávit do exercício	22.475	-	22.475

3. Principais práticas contábeis: 3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Instituição. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3.2 Moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Instituição, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Instituição pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. **3.3 Instrumentos financeiros** - ***a. Ativos financeiros*** - Os ativos financeiros da Instituição estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Instituição incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, subvenções a receber, contas a receber e outras contas a receber. ***Caixa e Equivalentes de Caixa*** - São representadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. Normalmente, as aplicações financeiras que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. As disponibilidades, denominadas "sem restrição", são originadas principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades da Instituição. As disponibilidades, denominadas "com restrição", são destinadas para desenvolvimento dos Projetos Sirius, SisNano e FNDCT LNBIO. As disponibilidades denominadas "convênios" são recursos recebidos principalmente de agências de fomento, destinados como investimentos em estudos e projetos de desenvolvimentos específicos nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento. ***Aplicações financeiras*** - São valores aplicados em debêntures e tratam-se de títulos emitidos por terceiros, cujo vencimento ocorrerá entre junho de 2014 e agosto de 2018, classificadas como disponíveis para negociação e são mensuradas pelo seu valor justo por meio do resultado. ***Subvenções a receber*** - As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com o CPC 7 ou NBC T 19.4 - Subvenção e assistência governamentais aprovada pela Resolução CFC nº 1.143/08, sendo registradas como Subvenções a receber pelo acordado em contrato até o efetivo recebimento. ***Contas a receber*** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. **(i)** Mensuração de ativos financeiros - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada por meio do resultado (superávit), sendo aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do superávit. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiram; ou • A Instituição transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e **(a)** A Instituição transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** A Instituição não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***b. Passivos financeiros*** - Passivos financeiros são classificados como fornecedores e outras obrigações, aos quais são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **(ii)** Mensuração de passivos financeiros - A Instituição determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit) no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do superávit. Os passivos financeiros da Instituição incluem principalmente: fornecedores e outras obrigações. Fornecedores incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, que são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. **(iii)** Instrumentos financeiros – apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv)** Valor justo de instrumentos financeiros - O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.4 Estimativas contábeis** - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Instituição. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i) a seleção de vidas úteis do imobilizado e intangível; ii) a provisão para contingências; e iii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.5 Demais ativos e passivos, circulantes e não circulantes** - *a.Estoques* - Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. *b. Imobilizado e Intangível* - É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Os ativos denominados "sem restrição", são originados principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades da Instituição. Os ativos denominados "com restrição", são destinados a investimento em desenvolvimento dos Projetos Sirius, SisNano e FNDCT LNBIO e de "convênios" recebidos principalmente de agências de fomento, destinados como investimentos em estudos e projetos de desenvolvimentos específicos nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento. A depreciação e a amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando assim em conformidade com o CPC 27. O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Instituição deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e amortização. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou seja, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. *c. Recursos de convênios e projetos* - São recursos captados junto a agências de fomento com destinação específica nos projetos aprovados registrados como passivo pelo valor de contrato até a efetiva destinação dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados com base na movimentação dos valores substancialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos não utilizados e dos correspondentes gastos incorridos ou destinação do recurso para ativos imobilizados e intangíveis, conforme NBC TG 07, conforme demonstrado na nota explicativa 7. *d. Saldos dos recursos destinados à implantação do Projeto Sirius, Projeto SisNano e FNDCT LNBIO*. Pela natureza dos recursos (Subvenção e assistência do Governo Federal), esses valores são tratados conforme determina o CPC 7, cuja aplicação está mencionada na nota explicativa 7. O registro inicial tem contrapartida o mesmo montante no ativo de subvenções e convênios à receber. A apuração para resultado é realizada nos períodos ao longo dos quais o Instituto reconhece os custos relacionados ao objeto de compensação, portanto se destinados recursos para aquisição de imobilizado ou intangíveis, a realização da receita acompanha a vida útil dos bens adquiridos. *e. Outros benefícios a empregados* - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Instituição incluem em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário) o plano de previdência privada de contribuição definida e o vale alimentação. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base em competência, á medida que são incorridos conforme determina o CPC 33 ou NBC T 19.31 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09. *f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes* - Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.6 Tributação** - A Instituição goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit. **3.7 Provisão para contingências** - A Instituição registra somente os processos classificados pelos assessores jurídicos como perda provável a valores atualizados (nota explicativa 8), conforme determinação do Pronunciamento Técnico CPC 25 ou NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, no qual as provisões são reconhecidas, pois são baseadas em estimativas confiáveis, são obrigações presentes e indicam que haverá uma saída de recursos para liquidar as obrigações. **3.8 Patrimônio social** - Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor. Conforme estatuto social, a Instituição deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. **3.9 Demonstração do superávit** - O superávit é apurado pelo regime de competência. As subvenções para custeio do Projeto Sirius, do Projeto SisNano e do FNDCT LNBIO vêm sendo contabilizadas no passivo, sendo que a transferência para o superávit do exercício ocorre com base nas despesas ocorridas, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os gastos com pesquisas são reconhecidos quando incorridos. As subvenções recebidas de contratos de gestão com ministério público para custeio dos Laboratórios Nacionais (LNLS, LNBIO, LNNano e CTBE) são reconhecidas como receitas do exercício no momento do recebimento financeiro do recurso. A metodologia para rateio dos gastos comuns aos Laboratórios Nacionais é definida e aprovada pela direção da Instituição e periodicamente é revisada e atualizada. **3.10 Trabalho voluntário** - Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos, a Instituição identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante os exercícios de 2013 e 2012. O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntariados bem como seu nível de formação técnica.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	**8.557**	45.881
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	**11.993**	33.627
Caixa e equivalentes de caixa	**20.550**	79.508
Debêntures contrato gestão	**35.532**	9.650
Debêntures reserva do conselho	**14.207**	12.120
Aplicações financeiras – sem restrição	**49.739**	21.770
Debêntures projetos	**25.127**	9.650
Aplicações financeiras – com restrição	**25.127**	-

Os certificados de depósitos bancários, classificados como caixa e equivalentes de caixa, têm prazos de vencimentos entre julho de 2014 e dezembro de 2018 e as taxas de juros variam de 98% a 100,30% do CDI, possuindo liquidez imediata. Os valores aplicados em debêntures se tratam de título emitido por terceiros, cujo vencimento ocorrerá entre junho de 2014 e agosto de 2018, e a remuneração é de 99,50% a 102,50% do CDI. Todas as aplicações financeiras da Instituição possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Instituição, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante.

5. Convênios/projetos e subvenções a receber

	2012	Adição de contratose aditivos	Baixa por recebimento efetivo	Transferências	2013
Contrato gestão de operação	14.926	87.097	(87.304)	(1.940)	**12.779**
Projeto Sirius	3.000	85.110	(32.470)	1.940	**57.580**
Projeto SisNano	-	10.780	-	-	**10.780**
Projeto FNDCT	-	3.920	-	-	**3.920**
	17.926	186.907	(117.834)	-	**85.059**

Os valores acima se referem aos montantes a receber de convênios/projetos e subvenções detalhados na nota explicativa 7.

Continua...

...Continuação

6. Imobilizado e Intangível

	Depreciação/ amortização % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
Equipamentos de pesquisa	10 a 29	99.119	(51.447)	**47.672**	49.264
Móveis e utensílios	10 e 15	39.242	(11.846)	**27.396**	22.064
Equipamentos de computação	10 a 40	7.843	(3.931)	**3.912**	3.183
Edifícios	4	32.562	(3.394)	**29.168**	25.418
Veículos	20	441	(55)	**386**	309
Bens desenvolvimento interno		5.732	-	**5.732**	6.396
Importação em andamento		17.070	-	**17.070**	6.881
Obras em andamento		2.829	-	**2.829**	7.212
Outros	10	4.608	(2.677)	**1.931**	1.506
Imobilizado sem restrição		209.446	(73.350)	**136.096**	122.233
Equipamentos de computação	10 a 40	391	(102)	**289**	363
Móveis e utensílios	10 e 15	5.931	(180)	**5.751**	1.600
Edifícios	4	6.012	(61)	**5.951**	478
Equipamentos de pesquisa		8.332	(1.198)	**7.134**	7.552
Bens desenvolvimento interno		-	-	-	440
Obras em andamento		12.598	-	**12.598**	1.987
Imobilizado com restrição		33.264	(1.541)	**31.723**	12.420
Total imobilizado		242.710	(74.891)	**167.819**	134.653
Software sem restrição	14,1	2.880	(1.837)	**1.043**	723
Software com restrição	14,1	570	(264)	**306**	570
Total intangível		3.450	(2.101)	1.349	1.293

Movimentação 2013

	2012	Movimentação Adições	Baixas	Transferência	Doações	2013
Equipamentos de pesquisa	101.383	5.987	-	(951)	1.032	**107.451**
Móveis e utensílios	35.433	7.933	-	(208)	2.015	**45.173**
Equipamentos de computação	6.905	617	910	(301)	103	**8.234**
Edifícios	28.332	10.242	-	-	-	**38.574**
Veículos	441	-	-	-	-	**441**
Bens em desenvolvimento interno	6.836	624	(1.728)	-	-	**5.732**
Importação em andamento	6.880	9.419	(117)	-	888	**17.070**
Obras em andamento	9.199	5.293	935	-	-	**15.427**
Outros	3.982	195	-	(2)	433	**4.608**
Total do custo	199.391	40.310	-	(1.462)	4.471	**242.710**
Depreciação acumulada	(64.738)	(11.317)	-	1.164	-	**(74.891)**
Total imobilizado	134.653	28.993	-	(298)	4.471	**167.819**
Software	3.112	348	-	(10)	-	**3.450**
Amortização acumulada	(1.819)	(333)	-	51	-	**(2.101)**
Total intangível	1.293	15	-	41	-	**1.349**

Movimentação 2012

	2011	Movimentação Adições	Baixas	Transferência	Doações	2012
Equipamentos de pesquisa	90.911	1.765	5.857	(659)	3.509	101.383
Móveis e utensílios	23.032	1.552	10.257	(222)	814	35.433
Equipamentos de computação	5.700	1.328	303	(922)	498	6.907
Edifícios	23.207	-	5.125	-	-	28.332
Veículos	340	105	-	(5)	-	440
Bens em desenvolvimento interno	3.441	3.692	(744)	-	447	6.836
Importação em andamento	4.043	18.153	(15.315)	-	-	6.881
Obras em andamento	4.280	10.569	(5.650)	-	-	9.199
Outros	3.705	85	16	(26)	200	3.980
Total do imobilizado	158.659	37.249	(151)	(1.834)	5.468	199.391
Depreciação acumulada	(55.884)	(10.549)	-	1.695	-	(64.738)
Total imobilizado	102.775	26.700	(151)	(139)	5.468	134.653
Software	2.526	445	151	(10)	-	3.112
Amortização acumulada	(1.492)	(330)	-	3	-	(1.819)
Total intangível	1.034	115	151	(7)	-	1.293
Total imobilizado e intangível	103.809	26.815	-	(146)	5.468	135.946

Bens recebidos em comodato - Os bens que formam o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (edifícios, equipamentos, etc.) foram basicamente cedidos para uso do CNPEM pelo MCTI/CNPq, por meio do Contrato de Gestão mencionado na nota explicativa 1 e, portanto, não estão contemplados nessas demonstrações financeiras. As cessões dos comodatos abaixo representam o volume de recursos aplicados em bens aguardando encerramento do processo de doação por parte da agência de fomento:

	2013	2012
Bens cedidos pelo MCT/CNPq por meio do contrato de gestão	**2.499**	2.499
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra I	**1.701**	1.712
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra III	**1.279**	1.279
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Interação	**1.249**	1.252
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa	**789**	789
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa LNLS	**592**	592
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Gigabit	**378**	378
Bens cedidos pela Fundação CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações	**155**	155
Bens sob responsabilidade FINEP/Getec	**135**	135
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra V	**67**	67
	8.844	8.858

O terreno no qual está instalada a Instituição é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo e foi declarado de utilidade pública pelo Processo nº 30.135, de 12 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1989. Durante o exercício de 2010, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o "Termo de Permissão de Uso de Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, na conformidade do Decreto nº 55.359, de janeiro de 2010" por tempo indeterminado.

7. Recursos de convênios/projetos e subvenções

	2012	Recursos recebidos	Rendimentos de aplicação financeira	Realização da receita diferida	Realização relativa a depreciação e amortização	Transferências	2013
Petrobrás TMEC	846	115	34	(647)	-	-	**348**
Convênio CTBE BNDES Jacto	513	3.300	119	(3.071)	-	-	**861**
Convênio BNDES RHODIA	1.882	1.300	141	(1.741)	-	-	**1.582**
Convênio FINEP Gerador	1.824	-	103	(23)	-	-	**1.904**
Convênio CTBE BP	2.095	-	121	(1.411)	-	-	**805**
Convênio CTBE RHODIA II	446	2.465	44	(2.929)	-	-	**26**
Convênio FINEP PACMAN	-	1.773	20	-	-	-	**1.793**
Convênio FINEP Infrapem	-	2.213	64	(1.334)	-	-	**943**
Receita diferida ativos de convênios	-	9.740	-	-	(313)	-	**9.427**
Outros convênios	2.285	3.860	174	(3.571)	-	-	**2.748**
Recursos de convênios (a)	9.891	24.765	820	(14.727)	(313)	-	**20.436**
Recursos de projetos em Execução do CTBE	15.747	-	-	(15.747)	-	-	-
Recursos de projetos em Execução do Sirius	40.714	85.1100	1.121	(15.808)	-	(8.991)	**102.146**
Receita diferida ativos Sirius	-	1.940	-	-	(322)	8.991	**10.608**
Recursos de projetos em Execução do SisNano	-	10.780	-	-	-	(3.504)	**7.276**
Receita diferida ativos SisNano	-	-	-	-	(46)	3.504	**3.458**
Recursos de projetos em Execução do FNDCT	-	3.920	-	-	-	-	**3.920**
Recursos de projetos (b)	56.461	101.750	1.121	(31.555)	(368)	-	**127.409**
Subvenção de contratos de gestão (operação)	14.926	85.157	-	(87.304)	-	-	**12.779**
Subvenção de contrato de gestão (c)	14.926	85.157	-	(87.304)	-	-	**12.779**
	81.278	211.673	1.941	(133.586)	(681)	-	**160.625**
Passivo circulante	(81.278)						**(137.130)**
Passivo não circulante	-						**23.493**

a) Recursos de convênios - A Instituição possui diversos projetos de pesquisa vinculado à empresas, agências de fomentos e/ou bancos. Para isso, os instrumentos reguladores são firmados mediante Acordo de Cooperação, Convênios ou Acordos de Fornecimento entre as partes, mediante um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico ao projeto, onde na maioria das vezes não há contrapartida financeira do CNPEM, cabendo ao fim, o processo de prestação de contas ao parceiro. Atualmente os principais parceiros da Instituição são Petrobras, Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda., BP Energy do Brasil Ltda., Máquinas Agrícolas Jacto S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, FINEP, entre outros. Durante os exercícios de 2013 e 2012 foram recebidas doações patrimoniais de entidades dos convênios que correspondem a equipamentos para pesquisas e outros fins relacionados à atividade da Instituição, no montante de R$9.740. **b) Recursos de projetos - CTBE** - Refere-se ao projeto do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) o qual colabora com a manutenção da liderança brasileira na produção sustentável de etanol de cana-de-açúcar, cuja implantação foi finalizada em 2013. **Sirius** - Os recursos contratados em 2013 estão destinados, em sua maioria, à execução das obras e instalação e da produção da máquina do Sirius, a nova Fonte de Luz Síncrotron de Alto Desempenho para o Brasil. Os valores apresentados no quadro acima representam a diferença entre o saldo de orçamentos pactuados em exercícios anteriores, os rendimentos financeiros e o montante orçamentário executado deste projeto, além do recurso firmado por meio do 7º e 8º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R$15.530 e R$69.580, respectivamente. **SisNano** - Os recursos destinados a este projeto serão utilizados na aquisição de equipamentos para implantação da nova instalação do LNNano, viabilizando a realização das linhas de pesquisa previstas para o Laboratório de Referência do SisNano. Para 2013, o recurso do projeto foi firmado por meio do 8º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R$10.780. **FNDCT** - Este projeto tem por objetivo a criação de uma infraestrutura laboratorial destinada à geração de linhagens celulares e bancos de células produtoras de proteínas recombinantes. Em 2013, o recurso do projeto foi firmado por meio do 8º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R$3.920 a ser executado durante o ano de 2014. **c) Subvenção de contrato de gestão** - O contrato de gestão firmado entre o CNPEM e o MCTI é destinado para o custeio das atividades desenvolvidas nos Laboratórios Nacionais e seu resultado é medido anualmente por meio de indicadores de desempenhos técnicos. Os valores apresentados no passivo não circulante se referem a receita diferida criada em contrapartida dos imobilizados e intangíveis adquiridos para os respectivos projetos, os quais são amortizados de acordo com a vida útil dos respectivos bens e direitos adquiridos.

8. Provisão para contingências: A Instituição está envolvida em ações judiciais sobre questões fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

	2013	2012
Trabalhistas	**5.547**	5.547
Depósitos judiciais	**(6.420)**	(1.163)
	(873)	4.384

Movimentações ocorridas no exercício de 2013

	2012	Adições	Atualização monetária	2013
Trabalhistas	5.547	-	-	**5.547**
Depósitos judiciais	(1.163)	**(5.257)**	-	**(6.420)**

Movimentações ocorridas no exercício de 2012

	2011	Adições	Atualização monetária	2012
Trabalhistas	5.333	-	214	5.547
Depósitos judiciais	(730)	(433)	-	(1.163)

Tributária

Encontra-se, dentre outras ações, em instância administrativa e refere-se a auto de infração e imposição de multa, lavrado em 17 de fevereiro de 2004, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo ao ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos no período de janeiro de 2001 a junho de 2002. Em atendimento ao referido dispositivo, a Instituição depositou em juízo perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, em outubro de 2009, o montante de R$672, previsto na ação com as devidas correções e em setembro de 2012 a Instituição realizou um complemento do depósito no montante de R$387, totalizando R$1.059.

Continua...

...Continuação

O meio processual para a defesa do CNPEM na preservação de seus interesses na ação de execução fiscal está previsto no artigo 16 da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Apesar de nossos assessores jurídicos reconhecerem este processo com remota chance de perda, o depósito judicial se mantém até o julgamento final da causa. **Trabalhista** - De acordo com as avaliações de consultores jurídicos da Instituição, o montante de processos judiciais classificados com remotas chances de êxito totaliza R$59 e estão registrados nas demonstrações financeiras a valores atualizados. Os processos avaliados com possíveis chances de êxito se tratam de ações movidas por ex-funcionários e/ou funcionários de empresas prestadoras de serviços da Instituição pleiteando pagamentos de diferenças salariais, diferenças de horas extras acrescidas dos adicionais incidentes e reflexos, além de verbas rescisórias. Na maioria dos casos, a Instituição está incluída como responsável subsidiária pelo cumprimento de eventual condenação, por ser tomadora dos serviços. O somatório dos processos possíveis totaliza R$287 (R$315 em 2012). Em 2013 a Instituição teve perda em primeira instância de um processo de adicional de insalubridade e periculosidade, no entanto, incluiu ação rescisória para anular a condenação para tanto o foi depositado em conta judicial o montante de R$5.208. **9. Plano de previdência privada:** A Instituição disponibiliza para 100% de seus colaboradores um plano de previdência privada por contribuição definida (BrasilPrev), com o objetivo de complementação da previdência oficial. No ato da aposentadoria, o participante poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação da Instituição (4% do salário) e dos seus colaboradores (2% do salário) na formação do fundo, por meio de contribuições mensais regulares e podendo o colaborador realizar aportes adicionais a qualquer tempo. O plano prevê rentabilidade garantida do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), acrescido de 6% ao ano, e taxa de carregamento de 3% sobre o valor das contribuições mensais. O montante das contribuições no exercício de 2013 foi de R$1.529 (R$1.137 em 2012). **10. Instrumentos financeiros** - Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistiam basicamente de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). Quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Instituição não realizou operações com derivativos. **11. Cobertura de seguros:** A Instituição contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2013, a apólice de seguro da Instituição totaliza R$76.000, sendo as principais coberturas contra eventos de qualquer natureza de R$42.000 (R$42.000 em 2012), contra riscos operacionais de R$270 para responsabilidade civil (R$270 em 2012) e R$190 para danos materiais (R$190 em 2012). **12. Avais, fianças e garantias:** A Instituição não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não possuía em 31 de dezembro de 2013 e 2012, quaisquer transações como interveniente garantidora.

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho - Diretor Geral | **Jovan Guimarães Gadioli dos Santos** - Diretor de Administração | **Cibele de Souza Gonçalves** - Gerente de Controladoria

Alessandra Dal Bom Takita - Contadora CRC 1SP243013/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM ("CNPEM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM depende dos recursos providos anualmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI para manter as suas atividades operacionais. Campinas, 11 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-1
Luís Alexandre Marini - Contador CRC 1SP182975/O-5
João Henrique Schenk - Contador CRC 1SP202127/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO CNPEM 2013

O **Relatório Anual 2013** do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM – apresenta os resultados técnico-científicos e de gestão dessa Organização Social (OS), que, por meio de Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é responsável por operar quatro Laboratórios Nacionais: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). O **Relatório Anual 2013** foi aprovado pelo Conselho de Administração do CNPEM em 27 de fevereiro de 2014. O documento tem 260 páginas, mais anexos, e está estruturado em seis partes, a saber: **parte 1** – Visão CNPEM, com informações sobre as atividades do Centro e os principais resultados alcançados em 2013; **partes 2 a 5 –** cada uma com informações específicas de ações desenvolvidas, respectivamente, pelo LNLS, LNBio, CTBE e LNNano; **parte 6** – com resultados de Indicadores de Desempenho do Contrato de Gestão pactuados para o ano entre o MCTI e o CNPEM. Integram o **Relatório Anual 2012** os seguintes Anexos: Artigos Científicos Publicados em Periódicos indexados (**Anexo 1**); Lista de Pós-Doutores supervisionados por pesquisadores do CNPEM(**Anexo 2**); Lista de pesquisadores do CNPEM (**Anexo 3**); Indicadores de Desempenho vinculados ao 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI / CNPEM (**Anexo 4**) e Demonstrações Financeiras, com Notas Explicativas e Parecer de Auditores Independentes (**Anexo 5**).

A íntegra do **Relatório Anual 2013** do CNPEM está disponível na página **www.cnpem.br**

COMISSÃO PRÓ FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS EMPREENDEDORES PROPRIETÁRIOS DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - FENPROFARMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Estão convidadas todas as pessoas interessadas para a Assembleia Geral de Constituição da Federação Nacional dos Farmacêuticos Empreendedores Proprietários de Farmácias e Drogarias - FENPROFARMA (nome provisório), para discussão e aprovação do estatuto, eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal a realizar-se no dia 20 de Março de 2014 as 17hs no Centro de Convenções de Fortaleza-CE localizado na Avenida Washington Soares, 1141, 60811-341. Comissão Pró Fundação: Danilo Gonçalves Moreira Caser - CPF 807.767.521-20, Rua Dr. João Alves de Castro, 485, Setor Criméia Oeste, Cep 74.563-170, Goiânia-GO, Luis Cláudio Mapurunga da Frota - CPF 478.692.163-72, Benício Machado de Faria - CPF 336.921.656-68, Arani Schroeder - CPF 162.434.209-49 e Luciano Martins Rena - CPF688.256.766-20.

DANILO GONÇALVES MOREIRA CASER
p/ Comissão Pró Fundação

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NAS CIDADES DE VILA VELHA, CARIACICA, SERRA E GUARAPARI LOCALIZADAS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINPROVIVE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos nas cidades de Vila Velha, Cariacica, Serra e Guarapari- ES - SINPROVIVE, neste ato representado pelo Presidente da Comissão Pró-Fundação Sr. Válber Barros Rocha Lima, CPF 026733207-68, apresentado da Indústria Farmacêutica, com endereço de domicilio e para correspondência na Alameda M, nº 3, bairro Interlagos, Vila Velha, ES, Cep.: 29129-690, no uso de suas atribuições, e ainda com base no que determina a Portaria 326 de 01 de março de 2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, convoca todos os trabalhadores propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos que trabalhem e ou residam nestas cidades para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária de Fundação por DESMEMBRAMENTO do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo - SINDIPROES, CNPJ.: 06.931.693/0001-12, no dia 07 de Abril de 2014, às 7:30 horas em primeira convocação e as 8:00 horas em segunda convocação com qualquer número de participantes no auditório Estrela da Tarde do Apart Pasárgada, Transamérica Classic, situada na Av. Gil Veloso, nº 1856, Praia da Costa, Cep.: 29101-011, Vila Velha -Espírito Santo, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

I - Fundação do SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NAS CIDADES DE VILA VELHA, SERRA , CARIACICA E GUARAPARI -ES - SINPROVIVE, por DESMEMBRAMENTO do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo- CNPJ: 06.931.693/0001-12; II- Aprovação do Estatuto Social; III - Eleição e posse da diretoria e do Conselho Fiscal para o mandato do quadriênio 07/04/2014 até 06/04/2018; IV- Deliberação sobre filiação a entidade de grau superior Federação e Confederação.

Vila Velha, 13 de março de 2014.
VÁLBER BARROS ROCHA LIMA
p/ Comissão

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TOCANTÍNIA, LAJEADO E APARECIDA DO RIO NEGRO - TO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL

COMISSÃO PRÓ- FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TOCANTÍNIA, LAJEADO E APARECIDA DO RIO NEGRO -TO, pelo presente edital, convoca todos os integrantes da categoria profissional dos Trabalhadores rurais ativos e aposentados, assalariados rurais e os agricultores que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na base territorial dos municípios de Tocantínia, Lajeado e Aparecida do Rio Negro, todos do Estado de Tocantins, a ser realizada no dia 05 de Abril de 2014 às 18h00, em primeira convocação, tendo como local na Rua Gonçalves Dias S/N Colégio Municipal Sousa Luz, P.A Água Fria II Tocantínia-TO, para tratar acerca da seguinte pauta: 1 - Leitura do edital, discussão e aprovação da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tocantínia, Lajeado e Aparecida do Rio Negro -TO; 2 - Leitura, discussão e aprovação do respectivo Estatuto Social; 3 - Eleição e posse da Diretoria; 4 - Filiação à CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e à FETAET; 5 - Discussão de interesses da categoria. Agenor Pires Cardoso CPF: 016.864.408-80. Endereço para correspondência: Fazendo Buritirana, Município de Tocantinia/TO, CEP 77640-000.

Tocantinía /TO, 27 de fevereiro 2014.
AGENOR PIRES CARDOSO
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032014031400240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.